

A RELEVÂNCIA SOCIAL DA LEITURA E DA ESCRITA NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

AMORIM, Waldirene ¹

MIRANDA, Maria Geralda de ²

Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

waldirene2001@yahoo.com.br

mariamiranda@globocom.com

Resumo: A constituição de realidades e suas constantes transformações são resultados das ações do ser humano no mundo, e as práticas sociais de leitura e de escrita são imprescindíveis para inserção das pessoas, não apenas no mundo do trabalho e socialização de seu resultado, mas também no universo dos bens culturais indisponíveis à humanidade. Solange Jobim em seu livro *Infância e Linguagem* (1994) afirma que o homem é um ser natural e que sua segunda natureza é ser social. E que a linguagem é o instrumento de articulação do sujeito com o mundo. Já para Roland Barthes (1989), a língua é o objeto onde se inscreve o poder. Em face desses postulados, pretende-se com o presente trabalho discutir a relevância da aquisição das práticas de leitura e de escrita na sociedade pós-industrial. Para tanto, será abordada a relação entre linguagem e sociedade, entre escrita, leitura e cultura letrada, para, em seguida, focar nas práticas sociais de letramento.

Palavras-chave: Leitura; escrita; letramento; educação; sociedade.

Para BAKHTIN (1994), é no decorrer da interação verbal que a palavra se transforma e adquire diversos significados. O diálogo é revelado como um elo entre a linguagem e a vida

¹Aluna do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Desenvolvimento Local da UNISUAM.

²Docente do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Desenvolvimento Local da UNISUAM.

e permite dar sentido e significado à realidade, à qual, felizmente, pode ser transformada, desde que assumidas as regras de interação social para transformá-la.

Tais regras podem partir das palavras ditas, pensadas e questionadas da realidade do sujeito que decide tornar-se autor de seus pensamentos e palavras e, conseqüentemente, ser um agente de transformação da realidade. Como salienta o referido pensador russo, (BAKHTIN *apud* JOBIM, ano 2010, p. 98), a palavra está sempre carregada de conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.

Karl Marx (*apud*, JOBIM, ano 2010, p.35), por sua vez, argumenta que o homem é um ser natural, individual e ainda, social. Sua natureza individual se divorcia da natureza social, por conta da alienação. É a alienação que faz do indivíduo um sujeito egoísta e o separa de sua natureza. Marilena Chauí (2002) salienta que a função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas e dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos.

Indivisão: apesar da divisão das classes, somos levados a crer que somos todos iguais, porque participamos da idéia de humanidade; Diferenças naturais: somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social de classes, mas por diferenças individuais dos talentos e capacidades, da inteligência, da força de vontade maior ou menor, etc. (CHAUÍ, 2002, p.174).

Ainda seguindo as idéias de Chauí (2002), as classes dominantes geram e nutrem tal alienação, através de artifícios, às vezes imperceptíveis, subliminares, fazendo com que determinadas opressões sejam internalizadas, como “verdades” naturais e não culturais. A ideologia é uma elaboração intelectual da classe dominante, incorporada pela classe trabalhadora que sequer supõe a possibilidade de haver qualquer divergência entre o estabelecido pela ideologia e a realidade.

Paul Singer (2008) pontua que ser cidadão é ter direitos civis, políticos e sociais e que entre os direitos sociais está o direito à educação, à saúde, ao trabalho e ao salário justo. No Brasil, ainda seguindo Paul Singer (2008), os trabalhadores não exercem plenamente a sua cidadania. Não se reconhecem como parte integrante dos movimentos que podem trazer um novo norte para a situação criada pela crise estrutural do trabalho.

O grande propósito da educação, ainda buscando se basear em Singer (1995, p. 1) seria proporcionar consciência e, portanto a motivação (além de instrumentos intelectuais), que permitam o engajamento em movimentos coletivos, visando tornar a sociedade mais livre e igualitária. “É óbvio que a educação escolar também deveria cumprir muitos outros propósitos, que poderiam ser resumidos na habilitação do indivíduo a se inserir de forma adequada na vida adulta: familiar, profissional, esportiva, artística, etc. (SINGER, 1995, p.1)

Singer também enfatiza o que é chamado pelos economistas de **acumulação de capital humano**. Cada indivíduo é encarado como tendo capacidade produtiva potencial, cujo desenvolvimento exige esforço tanto do próprio como de seus instrutores e familiares. Esse esforço se traduz num custo, “que pode ser formulado em termos pecuniários e representa o valor do capital humano de que dispõe cada indivíduo. Esse capital humano provém não apenas da educação escolar, mas também de cuidados com a saúde e outros que contribuem para desenvolver a capacidade produtiva do indivíduo”. (SINGER, 1995, p.6)

A sociedade pós-industrial, não menos divisora que as sociedades anteriores, deseja um trabalhador pleno de características e habilidades que atendam às necessidades do mercado de trabalho, e ser leitor e/ou letrado é condição mínima para se conseguir espaço. Conforme De Masi (1999), entre os fenômenos que anunciam a chegada da sociedade pós-industrial, que alguns nomeiam de globalização, está a constituição e difusão do consumo de massa e da sociedade de massa.

No advento pós-industrial um dos elementos principais foi constituído pela difusão velocíssima das informações pelos *mass media* e redes eletrônicas de rádio, TV e computadores, que puseram diretamente em questão, os modos de pensar, os esquemas mentais, as tradições, a cultura ideal e social de milhões e milhões de leitores, ouvintes de rádio, telespectadores e navegadores em rede. (DE MASI, 1999, p.167)

Em razão disso, tal sociedade se caracteriza também pela massificação da forma de pensar, agir e não - agir, o que atende satisfatoriamente aos desejos e anseios da classe dominante, que sempre foi, desde os escritos de Karl Marx (1867, p.31), dominar, exercer o poder: “Os donos do capital incentivarão a classe trabalhadora a adquirir, cada vez mais, bens caros, casas e tecnologia, impulsionando-a cada vez mais ao caro endividamento, até que sua dívida se torne insuportável”.

Portanto, o acesso dos trabalhadores ao mundo da leitura e da escrita possibilitaria além de ingresso ao mundo do trabalho, a reflexão crítica de sua posição neste mundo (o do trabalho) e a autêntica probabilidade de mudança da realidade.

A “recuperação” do sujeito é o que interessa a Jaime Pinsky (2008), quando ele aborda a problemática da cidadania. Para ele, a educação é o lugar de onde o sujeito pode mobilizar-se ou aprender a se mobilizar, acreditando na sua palavra e no poder de sua linguagem. O sujeito contemporâneo não letrado terá dificuldade de reconhecer o discurso dito e repetido da alienação, absolutamente potencializado (o discurso) pelos *mass media* da sociedade pós-industrial.

A educação é efetivada nos mais diversos espaços de convivência humana, entre eles estão a família, a igreja, a escola, a rua. A escola é uma das mais importantes e eficientes. E neste momento histórico cumpre a função de repetir a prática alienante de repressão das capacidades de criação, re-criação e transformação da realidade individual e conseqüentemente da realidade da sociedade. Deixando de cumprir com outra função

fundamental que seria a real inserção do homem no mundo, as conquistas individuais e sociais são perpassadas pelo uso de sua capacidade de ler, compreender, interpretar, escrever e oralizar sobre o conteúdo do que lhe foi apresentado,

Magda Soares (2003) defende que letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto, onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno. O letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto o aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e da escrita.

São as práticas de leitura e escrita, ou seja, o exercício do letramento, que poderão proporcionar ao jovem conhecer a ideologia vigente, e refletir acerca de quem ela atende. O letramento é um dos mecanismos, através do qual, o indivíduo pode a ser apresentado ao mundo da reflexão da realidade e de suas probabilidades de mudança. Segundo Kleiman (2008, p.17) ser letrado significa saber utilizar a metalinguagem, isto é: refletir sobre a própria linguagem que vai da definição à correlação.

Os usos sociais da leitura e da escrita como integradoras da palavra e do seu significado formam redes capazes de articular pensamentos, fazendo emergir daí discursos mobilizadores, que favoreçam a mobilização dos sujeitos em prol de um mundo melhor. As práticas sociais de leitura e escrita favorecem a ampliação dos pensamentos do homem, como forma de manifestação da cultura.

Como escreveu Maquiavel (*apud* CHAUÍ, 2002, p.171), toda sociedade é constituída pela divisão entre o desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. A partir do instante em que o homem percebe que a sociedade é ele, e que ele pode transformá-la, ele muda a sua relação com o mundo, aí incluída a família e outras instituições “consagradas” em uma sociedade de excluídos como a atual.

BENJAMIN (*apud Souza, 2010, p.153*) diz que o mundo moderno transformou os homens em bonecos automatizados. Dominar a escrita é uma das formas de “dominar o poder”. Não há poder sem a capacidade da escrita. Porém, não basta conhecer os códigos, é fundamental interferir na construção dos significados, na formação dos sentidos aplicados às palavras. Deixando assim, o homem, de ser “autômato”.

Para Souza (2010, p.101) existe um lugar privilegiado ocupado pelo sentido em qualquer enunciado verbal. Este lugar, realmente privilegiado, é o lugar de onde o sujeito se apropria de seus pensamentos (o seu empoderamento) refletidos em argumentos e em ações. Ainda, segundo Souza (2010, p. 103), cada pensamento, cada enunciado, faz parte do encadeamento mais amplo, aberto e sem fim do diálogo da vida. Isso é o que Bakhtin (1895) chama de característica polifônica da realidade. Ou seja, não existe apenas uma forma de pensar e dizer a realidade.

A verdade está no processo de interação dialógica entre pessoas que procuram coletivamente. Uma das características fundamentais do dialogismo é conceber a unidade do mundo nas múltiplas vozes que participam do diálogo da vida. Melhor dizendo, a unidade do mundo, na concepção de Bakhtin, é polifônica. (JOBIM, 2010, p.103)

A sociedade pós-industrial, incentiva justamente uma realidade monofônica. Na qual todos pensam e falam as mesmas idéias, sem refletir, sem questionar, e sem ao menos tentar - por falta de consciência - entendê-las. Somente através da reflexão crítica é que o homem poderá gerar ações de transformação da sociedade. Da reflexão vem o agir, a ação. Esta, sim, capaz de tornar o mundo melhor para todos e não para uma minoria que detêm os bens de produção e a conseqüente acumulação de capital.

Podemos dizer que a escola é também uma instituição reprodutora da alienação. No sistema capitalista a escola cumpre um papel definido: educar seres humanos eficientes para

garantir o atual padrão de acumulação do capital. Seja como mão de obra técnica nos países periféricos e semiperiféricos, seja para uns poucos pensantes na elaboração de novas tecnologias nos países centrais. Não cabe neste projeto educacional a formação de mulheres e homens pensantes e construtores de um novo mundo, mas simplesmente de reprodutores da ideologia dominante, dizendo para o educando – subliminarmente - que não há espaço para seus pensamentos, que não há meios de interferir na sociedade e que as “coisas” sempre foram assim: pobres cada vez mais pobres e ricos cada vez mais ricos.

a educação é uma prática social, cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre todos os tipos de saber existentes em uma cultura, para formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. (DURKHEIM, *apud*, BRANDÃO, 1981, p.74)

O Brasil é um país semiperiférico, que atende as imposições dos países centrais, no panorama do mundo globalizado. Logo, a escola brasileira não tem formado altos técnicos, nem desenvolvido tecnologias de ponta, mas somente preparado trabalhadores, na maioria das vezes, para executar tarefas repetidas.

Na verdade, à medida que as sociedades se desenvolvem, acentua também a importância política, social e econômica da escrita e da leitura. O desenvolvimento tecnológico alterou e continua alterando drasticamente as relações do ser humano com o mundo do trabalho, hoje viabilizado pela utilização de máquinas.

De acordo com (MIRANDA, 2010, p.181) “as práticas de linguagem são consideradas aquisições acumuladas pelos grupos sociais no curso da história. São o reflexo e o principal instrumento de interação social” Nesta perspectiva, é necessário confrontar os alunos com práticas de linguagem historicamente constituídas, para lhes dar a possibilidade de reconstruí-las e delas se apropriarem.

A democratização de informações proporcionada pelo simples acesso à WEB é uma ilusão, uma vez que não é suficiente ter disponível microcomputador, estrutura de rede eletrônica e acesso à Internet.

É necessário que a Escola e, principalmente, as instituições de ensino superior percebam a necessidade de inserção do usuário na rede do discurso e no domínio de estratégias de leitura e especificidades de linguagem típicas da rede, que dificultam e, por vezes, impedem a compreensão. (MIRANDA, 2010, p.182).

Leitura, escrita e reflexão, quando são traduzidas em ações, permitem ao sujeito interferir no mundo e mudar a realidade. Em razão disso, podemos afirmar que o sujeito leitor é um o sujeito instrumentalizado para refletir sobre a realidade e transformá-la, pois conforme ensina Paulo Freire (2006, p. 8) “A educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.”

REFERÊNCIAS:

BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Cultrix, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?*. 14ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.

DE MASI, Domenico. *O futuro do Trabalho*. 10ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 23ª ed., São Paulo: Cortez, 1989.

JOBIM e Souza, Solange. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*, 13ª ed. São Paulo: Papirus, 2010.

KLEIMAM, B. Ângela, *Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*, 10ª ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2008.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2001.

SOARES, B. MAGDA, *O que é letramento?* São Paulo: *Diário do grande ABC*, 2003.

MARX, Karl. “O Capital”. *Domínio Público: Marxists Internet Archives*. Disponível em <<http://www.elivros-gratis.net/elivros-gratis-karl-marx.asp>>. Acesso em 31 de outubro de 2011.

MIRANDA, Maria Geralda. Analfabetismo funcional e direitos humanos. In *Revista Interdisciplinar de Direito*. Valença, Ano VII, nº7, nov. 2010.

PINSKY, Jaime & BASSANEZI, Carla (Orgs). *História da Cidadania*. 4ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.